



# ROMANOS

## O PROPÓSITO DA LEI

ROMANOS 3:1-20

Na última semana, meditamos a respeito da verdadeira circuncisão, aquela originalmente intentada por Deus quando fez uma aliança com Abraão, e vimos como seu propósito se estende até nós. Junto a isso, existe um segundo elemento que muito identifica o povo judeu e que também teve seu alvo desvirtuado ao longo dos séculos e é o objeto da argumentação de Paulo nessa altura da carta aos Romanos: **a Lei**.

Cerca de quatro séculos após a instituição da circuncisão, Deus deu a Sua lei a Moisés enquanto o povo hebreu regressava do Egito para Canaã. Macroscopicamente, a Lei consistia de diretrizes que norteariam os descendentes de Abraão na nova terra para onde estavam sendo encaminhados - tanto em seu relacionamento vertical com Deus, quanto horizontal uns para com os outros: familiares, estrangeiros e inimigos. Uma das ênfases que podemos observar nela foi o propósito de distinguir o povo de Deus das demais nações que já habitavam na terra, nas questões morais, justiça social, e até mesmo no aspecto devocional a Deus com o fim de, a partir desse novo padrão, se tornarem luz para todas as pessoas. Nesse sentido é que Paulo afirma a vantagem e a utilidade de serem judeus (vs 2), sendo herdeiros das alianças passadas que Deus fizera com seus pais para gradualmente descortinar o seu propósito de redenção da humanidade.

Contudo, as Escrituras nos relatam as sucessivas falhas e deturpações feitas na lei pelo povo que foi encarregado de zelar por ela; e por causa disso é que há uma afirmação contraditória quase imediata no vs 9: "...temos nós (judeus) qualquer vantagem? Não, de forma nenhuma...". O que o apóstolo afirma aqui é que, apesar de serem detentores dos oráculos (das palavras) de Deus, isso não os coloca num patamar superior às demais pessoas, pois a verdade sobre a condição humana permanece a mesma independente de sua origem: todos pecaram e carecem da glória de Deus (vs 23). O que aconteceu foi que, mesmo conhecendo a vontade de Deus através da Sua lei, evidenciou-se que é impossível para o homem praticá-la integralmente e, portanto, não há como ser justificado por cumpri-la, visto que, ao tropeçar em qualquer um dos mandamentos, nos tornamos condenáveis de todos os outros (Tg 2:10).

Com o exemplo catastrófico da história dos israelitas e o cenário desanimador, Paulo nos revela que era exatamente este o propósito da lei: trazer a plena convicção do pecado. E este é o ponto de partida da obra regeneradora do Espírito, a verdade de que não há nada que possamos realizar que nos torne justos diante de Deus, e, portanto, precisamos ser justificados por uma justiça que não venha de nós mesmos, mas do próprio Deus, através de Jesus Cristo, tema do nosso estudo da próxima semana.

É importante notarmos que o assunto aqui é referente a nossa justificação para salvação e não se trata da nossa decisão pela obediência. Somos discípulos em santificação que receberam, pela fé, a redenção em Jesus e isso deve nos levar à obediência. Uma vez estabelecido isso, qual tem sido a disposição do seu coração ao se aproximar de Deus? Sabendo que não há nada que façamos que nos tornará mais ou menos aceitáveis para o Senhor, como deve ser a nossa atitude? Medite sobre os textos e compartilhe com seu grupo aquilo que o Espírito tem lhe falado.